

DA HEGEMONIA AOS PATOS E SAPOS: UM ENSAIO SOBRE O PASSADO E O PRESENTE DO PENSAMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO

FROM HEGEMONY TO DUCKS AND FROGS: AN ESSAY ON THE BRAZILIAN INDUSTRIAL THOUGHT'S PAST AND PRESENT

Moacir De Freitas Junior¹

RESUMO

A proposta deste ensaio é apresentar o pensamento dos industriais da primeira metade do século XX e o de hoje e estabelecer uma comparação entre eles, naquilo que for possível comparar e respeitando as diferenças dos momentos históricos, buscando demarcar as diferenças de postura, clareza e influência nos rumos da política nacional que a indústria, que foi o mais importante setor da economia (e da política) brasileira por mais de 50 anos, teve antes e tem hoje. Utilizaremos, para tanto, documentos atuais publicados pelas associações representativas dos industriais brasileiros da atualidade (Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, Confederação Nacional da Indústria – CNI) e os Anais do I Congresso Brasileiro da Indústria, que aconteceu em 1944 e congregou o conjunto das lideranças industriais de então em torno da construção de propostas que, em nosso ver, foram a base ideológica do projeto de poder dos industriais brasileiros. O saldo da comparação, entendemos, permite concluir que, ao contrário das lideranças industriais do passado, os do presente não têm mais um projeto para o Brasil e nem para si mesmos e esta pode ser uma das razões pelas quais sua dimensão política e econômica diminuiu e segue em queda.

Palavras-chave: Industriais; Ideias; Projeto nacional.

¹ Professor Adjunto A2 do Instituto de Ciências Sociais – INCIS da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil. Email: mfjr@ufu.br.

ABSTRACT

This essay will establish a comparison among the industrials' thoughts of the first half of the XX century and of nowadays. It will establish the differences between the relevance and depth of the industrial thought of the 1940's and the relative irrelevance of contemporary industrial thought in Brazil. Our main sources are current documents published by the representative associations of the industrial Brazilians of the present time (Federation of the Industries of São Paulo. FIESP, National Confederation of the Industry. CNI) and the Annals of the I Brazilian Congress of the Industry, that happened in 1944 and from which derived the main proposals that constituted the ideological core of the industrials' political project. The balance of the comparison allows us to conclude that, unlike industrial leaderships of the past, contemporary ones don't have neither a political project for the country, neither a political project for themselves. This insufficiency is probably one of the reasons why their political and economical dimensions hasn't ceased to decrease

Keywords: Industrials; Ideas; National project.

Introdução

O presente ensaio tem o objetivo de apresentar, de modo comparativo, o pensamento dos industriais brasileiros de hoje e os da primeira metade do século XX, buscando demarcar as diferenças de postura, clareza e influência nos rumos da política nacional que a indústria, que foi o mais importante setor da economia e da política brasileira por mais de 50 anos, teve antes e tem hoje, defendendo que a falta atual de um projeto nacional tem implicado na perda de influência do setor.

É certo que a nova ordem mundial a partir da globalização e da financeirização, sobre a qual podemos encontrar explicações em Chesnais (1996), Harvey (2003) e outros, contribuíram para a atual diminuição de importância política e econômica da indústria. Ainda assim, o setor industrial mantém parte importante do PIB nacional, peso razoável no cenário político e conta com estruturas de atuação que lhe permitiriam um espaço maior na sociedade.

No entanto, o que vemos é o contrário: um setor espremido economicamente pelo capital financeiro e o agronegócio para exportações, com lideranças de baixa expressão política e projeção social e com poucas condições de apresentar à sociedade um conjunto de ideias diferente do modelo neoliberal e com intervenções políticas que não condizem com o peso e a tradição do setor, tais como os “patos” da FIESP, a recente iniciativa do “não vamos engolir mais sapos”, em relação aos juros, entre outras, relativizando questões importantes ao desenvolvimento econômico brasileiro e à própria sobrevivência da indústria enquanto tal.

A diferença de clareza acerca de um projeto de nação dos industriais de hoje com os da primeira metade do século XX é marcante, especialmente no que tange à sua atuação política, ao trabalhar pela hegemonia política e econômica da burguesia industrial de então; e ideológica, ao embasar sua ascensão em um conjunto de ideias econômicas que foram as bases da construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

Suas lideranças de então figuraram entre os mais importantes intelectuais e políticos daqueles tempos e suas ideias são estudadas até os dias atuais. Personagens como Roberto Simonsen, Evaldo Lodi, Jorge Street, Horácio Lafer e tantos outros conduziram a etapa inicial do projeto de hegemonia dos industriais brasileiros que, com toda a análise crítica a ser considerada a respeito, foi vitorioso no sentido de implantar no Brasil um modelo de economia em que o Estado atuou para projetar a industrialização, que se tornou de fato a principal força econômica nacional. Todo este processo resultou na criação do projeto nacional-desenvolvimentista anos depois, que perdurou como modelo de desenvolvimento até quase 1980.

Recentemente, no entanto, as transformações pelas quais o mundo vem passando no modelo de produção capitalista a partir dos anos 1970 refletiram no papel da indústria na economia e na

política nacionais. No especial caso do Brasil, o setor industrial sofreu grande perda de dinamismo nos anos 1990, em particular devido ao deslocamento das políticas públicas de fomento do desenvolvimento para a promoção dos setores fortalecidos com as privatizações, tais como os de serviços e o financeiro.

Todas estas perdas econômicas e políticas fizeram diminuir a importância do setor industrial no conjunto das questões nacionais. Mas o interessante, para além de tal constatação, é o fato de que há reação do setor industrial que seja forte e profunda suficiente para sua recolocação como protagonista para o desenvolvimento econômico e político brasileiro. Em lugar de apresentar ideias que possam reabrir o debate na sociedade sobre o papel da indústria para a economia brasileira e com isso reposicionar, ainda que em parte, seu próprio papel político na atualidade, os industriais brasileiros passaram a adotar exatamente as ideias que, de alguma forma, os colocaram em um segundo plano: redução do Estado, ajuste fiscal, privatizações, reformas que retiram direitos e outros.

Esta falta de rumos e de lideranças capazes de estabelecê-los pode ser a causa de termos, hoje, a principal entidade industrial brasileira lançando “manifestos” de dois parágrafos que reduzem questões-chave para a própria existência do setor a elementos lúdicos superficiais, passando a impressão de que os industriais de hoje não sabem qual o seu lugar no processo econômico atual. E é esta condição que difere os industriais de ontem e os de hoje: se antes suas lideranças ocuparam os postos de destaque na economia e na política com base em um projeto ideológico que conduziu as ações estatais brasileiras por décadas, agora a contribuição do setor é inflar bonecos de borracha e produzir relatórios que dão maior importância às medidas que interessam ao capital financeiro do que a si próprios.

Sabemos que as diferentes situações históricas têm peso nos acontecimentos, em especial a favor das condições de luta dos

industriais dos anos 1940, que defenderam uma ideia em voga no mundo, ao passo em que os atuais precisam lidar com a adversidade de que o capitalismo está em processo de mudança. Mas é exatamente a proximidade entre os momentos – ambos de transformações na economia e na política nacionais – que torna o argumento aqui utilizado, a nosso ver, válido: a falta de um projeto político-industrial pode ter contribuído para a redução do papel econômico e político do setor atualmente, espaço agora ocupado pelos bancos, pelo setor de serviços e outros.

Nestes termos, o presente ensaio – um modelo de trabalho científico que tem por finalidade apontar grandes panoramas de ideias, debater um tema, formular problemas, sem, contudo, esgotar o assunto ou apresentá-lo de modo exaustivo – pretende apresentar uma questão para o debate, que é a diferença de postura política e ideológica dos empresários industriais do começo do século XX e do começo do século XXI, onde em um primeiro momento a classe era protagonista das questões políticas e econômicas de seu tempo e, em outro, tornou-se coadjuvante dos acontecimentos, inclusive dos que lhe dizem respeito diretamente, bem como apontar possíveis razões que possam explicar tal acontecimento.

Não o fazemos de modo definitivo e nem procuramos traçar uma linhagem do pensamento industrial brasileiro, trabalho que já foi feito, entre outros, por Bielschowsky (2000), Carone, (1977), entre outros. Nossa questão limita-se a apresentar as diferenças de postura política e ideológica, a fim de concluir que os industriais de hoje perderam em parte seu protagonismo, entre outros fatores, porque não tem mais um projeto para o Brasil.

Neste diapasão, escolhemos para comparar dois momentos históricos importantes para a classe industrial brasileira: os anos 1940, década da ascensão política e ideológica do desenvolvimentismo como projeto e da indústria como força desenvolvimentista no plano

econômico; e os tempos atuais, período histórico marcado tanto pela crise do desenvolvimentismo enquanto ideologia quanto pela suposta superação da indústria como força dinâmica da economia na era da globalização, buscando extrair desta comparação a hipótese tema de nosso ensaio, de que a indústria perdeu protagonismo porque não tem mais projeto nacional e adotou o corolário neoliberal em seu lugar.

A comparação destes dois períodos históricos tem a capacidade de tirar-lhes o caráter de singularidade e inseri-los em um contexto maior da história do pensamento industrial brasileiro, que transitou por diversas etapas até chegar a atual, que nos parece, ainda que em análise inicial, mais pobre em formulação teórica e menos capaz de intervir na realidade do que sua versão anterior. Para tanto, escolhemos documentos – um histórico, outros atuais – que, não obstante não sejam da mesma categoria, tem em comum o fato de expressarem ideias dos industriais de seu tempo correspondente, o que autoriza, ao nosso ver, compará-los: os Anais do I Congresso Brasileiro da Indústria, de 1944; os Boletins da Confederação Nacional da Indústria – CNI; e os manifestos políticos “Não vamos pagar o pato” e “Chega de engolir sapo”, da FIESP.

Escolhemos tais documentos pela característica em comum que todos possuem de expressarem, em maior ou menor grau, as ideias políticas e econômicas dos industriais de cada uma das etapas históricas que escolhemos, ainda que de modos diferentes: no caso dos Anais do I Congresso, um só documento nos fornece tanto o debate político (a indústria buscando ocupar os postos de comando do Estado e garantir a direção das políticas públicas) quanto o ideológico (o desenvolvimentismo); nos demais, até pela atual situação política mais dispersa da classe industrial brasileira, não há um documento único atual que nos permita extrair as mesmas variáveis comparativas. Por conta disso, foi preciso reunir mais de um documento de entidades diferentes para que pudéssemos trilhar o mesmo caminho.

Neste sentido, Barrington Moore Junior (1983 apud SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 38) aponta que a escolha de objetos a serem comparados deve se amparar na problemática geral do tema que originou o trabalho, bem como ao método de análise empregado. Não se trata, então, de comparar “tudo com tudo” e nem de comparar todos os momentos possíveis, mas de escolher aqueles que representam dimensões significativas da análise em tela.

O critério de escolha, então, está agora mais claro: os documentos escolhidos, cada um a seu modo, expressam ideias dos industriais brasileiros das épocas analisadas, que por sua vez se conectam por serem períodos de transformação do capitalismo, uma “a favor” da indústria, nos anos 1940 e outra “contra”, justificando a escolha destes documentos e não de outros, que não reúnem a um só tempo as mesmas condições comparativas que os escolhidos possuem.

Estabelecida as razões da escolha, importa também entendermos porque o critério comparativo foi o que entendemos o mais indicado para o presente trabalho. Lembrando uma vez mais que se trata de um ensaio e que enquanto tal o que se busca é apresentar um panorama de ideias, escolhemos o método comparativo porque ele é capaz de, entre outros aspectos, traçar o que Skocpol e Somers (1980) chamaram de *contraste de contextos*: compara-se dois ou mais fenômenos a fim de colocar em evidência as diferenças recíprocas entre ambos, abrindo a possibilidade de que outros pesquisadores trabalhem na mesma chave, pormenorizando os acontecimentos levantados pela comparação.

É o que pretendemos ao comparar dois momentos diferentes da história dos industriais brasileiros, mas que se conectam por serem representativos da ascensão e da decadência de um modelo, o desenvolvimentismo baseado na indústria: traçar um comparativo que nos permita evidenciar as diferenças de posicionamento político e ideológico desta parcela da burguesia, abrindo o debate sobre as

razões pelas quais houve tal mudança e se esta deu-se pelo advento do curso da história, empurrando os industriais para outra chave interpretativa ou se tal inflexão é fruto, ao contrário, da falta de projeto para Brasil que possam recolocar o setor como um ator mais relevante para os processos políticos atuais. Como o escopo de variáveis aumenta na medida em que aumentamos os elementos comparados, nosso recorte restringe-se ao objeto supramencionado, a fim de limitar melhor as muitas possibilidades que surgem de trabalhos desta natureza, deixando em aberto a possibilidade de outros pesquisadores aprofundarem as questões aqui colocadas.

Tais resultados são bens delineados em relação aos objetivos aqui expostos, mas não se prestam a esgotar a questão; ao contrário, permitem uma interpretação ampla dos movimentos feitos pela classe industrial brasileira ao longo das últimas décadas. Neste sentido, uma vez mais recorremos a Barrington Moore Junior (1983) e a seu entendimento de que as comparações mais gerais

[...] assemelham-se a um mapa em grande escala de um terreno extenso, do gênero que um piloto de avião utilizaria para atravessar um continente. Tais mapas são essenciais para determinados fins, tal como os mapas mais detalhados são necessários para outros. Ninguém que procure uma orientação preliminar do terreno deseja saber a localização de cada casa e cada atalho. (MOORE JUNIOR, 1983, p. 36)

Buscamos, por fim, alcançar o estágio que Lucien Goldman (1969) chama de nível estratégico em que a pesquisa histórico-sociológica se posiciona entre dois polos extremos, a generalização extrema e a singularidade extrema. Este ponto é aquele em que se consegue agrupar exclusivamente fatos próximos o suficiente para iluminarem-se entre si mutuamente, ao mesmo tempo que sejam diversos o bastante para originar uma lei estrutural, passando da mera

descrição ao fato individual (GOLDMAN, 1969 apud SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 37).

Feitas estas considerações que melhor colocam o problema tratado pelo presente trabalho, vejamos as diferenças de posturas e de pensamentos entre os industriais brasileiros, especialmente em relação às questões nacionais e o papel da indústria em relação a eles.

“Patos”, “Sapos” e “Reformas”: o Que Pensam e Dizem os Industriais Brasileiros do Século XXI

As dificuldades em se tentar apontar um pensamento industrial atual são enormes. Primeiro, pela falta de uma liderança que tenha legitimidade para falar em nome de todo o setor. Se no passado os líderes industriais brasileiros eram conhecidos e reconhecidos como lideranças políticas com ideias sobre o Brasil, hoje não se pode, com a mesma segurança, apontar uma ou outra liderança que seja capaz de condensar o que todo este segmento apresenta como ideias para o Brasil.

Assim, procuramos levantar através de documentos publicados por parte das instituições de industriais hoje atuantes para, por meio destes elementos, tentar traçar uma linha de atuação minimamente comum. Os limites deste trabalho não permitiram que fosse feita uma pesquisa de fôlego em todos os documentos de todas as federações e associações outras que congregam industriais hoje no Brasil e, até por isso, procuramos escolher entre as entidades, as mais tradicionais – a Confederação Nacional da Indústria – CNI, a FIESP de São Paulo (pela força e pela tradição). Pelos mesmos motivos, escolhemos documentos e manifestos mais atuais destas entidades, que retratam em parte o modo como elas se enxergam inseridas no cenário político e econômico atual.

O primeiro documento que iremos analisar é o manifesto “Não Vamos Pagar o Pato”, de 2015, que foi lançado no esteio da proposta do Governo Federal de recriar o imposto Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) e capitaneado pela FIESP. O manifesto possui apenas dois parágrafos e, no site oficial da então campanha, é apresentado e assinado por Paulo Skaf, presidente da FIESP e liderança regional do PMDB de São Paulo. O movimento defendia as seguintes ideias:

MANIFESTO

Você já viu este filme: Toda vez que precisa cobrir seus gastos, em vez de cortar despesas, o governo acha mais fácil passar a conta adiante. Adivinha para quem sobra? Isso mesmo: para as empresas e os trabalhadores, que já vêm sofrendo com o aumento da inflação, dos juros, da taxa de câmbio e das tarifas de energia. Aumentar ainda mais os impostos e trazer de volta a CPMF vai forçar as empresas a fechar um grande número de vagas de empregos. Afetará duramente a indústria, o comércio, o setor de serviços e os pequenos empreendedores. Com o desemprego em alta, as famílias são as que mais sofrem e são obrigadas a reduzir o consumo. Com isso, o faturamento das empresas cai, as demissões aumentam ainda mais e o governo arrecada menos impostos. Um círculo vicioso que só agrava o problema. Das duas uma: você fica reclamando do governo, pensando “a vida é assim mesmo”, ou faz alguma coisa a respeito. Se você escolheu a segunda opção, assine o manifesto #NãoVouPagaroPato e faça a sua indignação chegar à Brasília. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

O manifesto é simples, mas permite extrair em parte as ideias defendidas por esta parcela organizada dos industriais brasileiros que é a de que o Estado é “grande demais” e deveria “cortar despesas”. A sequência do texto é marcada por argumentos que seguem na mesma direção de apontar o Estado e as despesas públicas como as responsáveis pela crise econômica e falta de crescimento que assola

o Brasil já há tempos. Assim, aumentar impostos acarretaria queda nos lucros das empresas, demissões e, no final do ciclo vicioso, menos arrecadação para o próprio Estado.

Por outro lado, outra campanha recente da FIESP de posicionamento político é a “Chega de Engolir Sapo”, que se coloca contra as altas taxas de juros praticadas pelos bancos brasileiros. Colocando-se como sucessora do manifesto do “pato”, a ideia era defender que os bancos cobrem juros mais baixos, de modo a baratear o investimento privado. O manifesto diz o seguinte:

NO PASSADO, LANÇAMOS A CAMPANHA CHEGA DE PAGAR O PATO, CONTRA O AUMENTO DE IMPOSTOS. COM O APOIO DE MAIS DE 1,2 MILHÃO DE ASSINATURAS, FOMOS VITORIOSOS. BARRAMOS A RECRIAÇÃO DA CPMF E IMPEDIMOS O GOVERNO DE AUMENTAR OS TRIBUTOS. AGORA, É HORA DE LEVANTAR A VOZ CONTRA OS JUROS INJUSTIFICÁVEIS PRATICADOS HÁ DÉCADAS NO BRASIL. O Brasil baixou a Selic, a taxa básica de juros da economia, para o menor valor da história. Mesmo assim, os juros cobrados do consumidor e das empresas continuam sendo os maiores do mundo. Por que bancos ainda cobram taxas de juros astronômicas e injustas no Brasil? É hora de dar um basta!

A DIFERENÇA ENTRE O QUE OS BANCOS PAGAM... E O QUE ELES COBRAM. Se uma pessoa tivesse ido a um banco para depositar R\$ 100,00 na caderneta de poupança há dez anos, teria hoje na conta R\$ 198,03. Se essa mesma pessoa tivesse usado o MESMO VALOR DE R\$ 100,00, no cheque especial, na mesma data, teria hoje, no mesmo banco, uma dívida de R\$ 4.394.136,97!! (QUATRO MILHÕES, TREZENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, CENTO E TRINTA E SEIS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS) SIM.... É ISSO MESMO! VOCÊ ACHA ISSO JUSTO??? (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018)

Interessa notar que, nesta campanha, o Governo (que agora está ocupado por um aliado político do Presidente da FIESP e é a

instituição legalmente capaz de limitar os abusivos juros bancários) não figura como o centro do protesto, mas sim os “bancos”, cuja sanha em aplicar “a maior taxa de juros do mundo”, que seriam “astronômicas e injustas” e que, diante de tal quadro, seria a hora de “dar um basta” em tal situação. Se aqui não temos a redução do Estado como mote central, de igual à campanha do “pato” encontramos uma certa infantilização no tratamento de uma questão cara ao setor industrial como a financeirização da economia, tema que exigiria da indústria uma posição política clara em que relação ao papel do Estado neste processo e que não aparece na campanha e nem em outras intervenções. Aponta-se o problema, mas não fica claro como a indústria irá agir e o que ela propõe de solução para ele.

Já o documento “Informe Conjuntural” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2018), de autoria da Confederação Nacional da Indústria – CNI, fornece mais elementos sobre as ideias dos industriais brasileiros de hoje. Editado a cada três meses, com registro no ISSN e cientificamente elaborado por profissionais da política, economia e outros, o “Informe” mostra-se como um instrumento de divulgação de ideias para dentro do setor e para fora dele, congregando avaliações no campo da conjuntura política, econômica nacional/internacional e seus impactos e efeitos para o setor industrial. Utilizamos para este trabalho a edição de número 01/2018, relativo ao trimestre janeiro a março.

O “Informe” inicia pelas análises sobre a conjuntura política nacional e seus reflexos na atividade econômica, retomando de modo mais organizado e aprofundado os elementos que vimos inicialmente no “Manifesto Não Vamos Pagar o Pato”: o Estado, seu “tamanho” e gastos são os responsáveis diretos pela crise econômica e as “reformas” e “ajustes” precisam ser realizados o quanto antes, a fim de permitir a “retomada” dos investimentos privados, retirando-se as “amarras” que o “impedem”. De acordo com o documento,

Existem fatores que restringem a capacidade de reação da economia. Eles não se encontram apenas na limitada recuperação do consumo das famílias; mas também no lado da oferta, com a presença ainda de elevada ociosidade do capital instalado e, por consequência, uma fraca reação do investimento. Na raiz dessas limitações encontra-se o processo inacabado de ajuste das finanças públicas, a causa maior da recessão dos últimos anos. Apesar do déficit consolidado do setor público ter se reduzido em 2017, tanto em termos nominais como em proporção do PIB, a magnitude desse déficit é ainda expressiva e continua a pressionar pela contínua elevação da dívida pública, o indicador mais relevante da solvência do setor público no longo prazo. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2018, p. 2).

Assim, a CNI defende que a crise econômica brasileira é causada pelo Estado, mais especificamente pelas “contas públicas” e o déficit nela existentes, que seriam os culpados pela recessão que já perdura há tempos. Nestes termos, o setor privado não efetuará “investimentos” devido às dúvidas quanto à solvência do Estado, não explicando o documento qual a relação direta entre uma coisa e outra, na medida em que nem o investidor “privado” estará emprestando nada ao Estado – e, portanto, não deveria se preocupar com sua solvência – e nem o Estado estaria se comprometendo com investimentos, uma vez que estes seriam privados.

O documento não aponta, mas ao que parece, o “investimento privado” ao qual ele se refere é o capital estrangeiro, o mesmo que circula internacionalmente especulando melhores taxas e oportunidades de investimento. Se tomarmos esta premissa como verdadeira, o argumento central do “Informe” ganha mais sentido: o Estado precisa fazer as “reformas” para “ajustar as contas públicas” e se tornar “solvente”, de modo a poder honrar com os compromissos de pagamentos de juros e rolagens da dívida pública, um dos modos de ingresso do capital estrangeiro em países como o Brasil, que

sustentam altas taxas de juros – as mesmas, aliás, criticadas pela FIESP no “Manifesto do Sapó”.

A sequência do “Informe” reforça a ideia de que os industriais brasileiros adotaram a agenda do capitalismo financeiro. Após apontar que as causas da recessão são as “contas públicas”, o documento segue considerando que a não aprovação de “reformas” contribuíram para o ambiente de desconfiança dos “investidores”:

Medidas de ajuste permanente pelo lado do gasto são, portanto, absolutamente indispensáveis. A reativação da atividade promove a recuperação das receitas tributárias, necessárias para a redução do déficit público, mas certamente insuficientes para o equacionamento definitivo das contas públicas. A suspensão da tramitação da reforma da previdência é a principal razão para a frustração com o processo de ajuste. O déficit previdenciário é isoladamente a principal causa do déficit público consolidado, de modo que um equacionamento das contas públicas é inviável sem uma reforma substantiva das regras de concessão de benefícios previdenciários, entre elas a introdução de uma idade mínima. A previdência é o principal, mas não o único elemento de preocupação com a expansão contínua dos gastos públicos. Medidas de disciplinamento dos gastos com pessoal são igualmente indispensáveis. A Medida Provisória que adiava o reajuste do funcionalismo foi suspensa pelo STF e sua tramitação legislativa não avançou. Além disso, outras medidas do ajuste fiscal em discussão também não avançaram. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2018, p. 3).

Por fim, o “Informe” aponta que a retomada do crescimento depende diretamente da adoção de uma “agenda” cujo cumprimento seria capaz de destravar os investimentos privados e elevar a produção nacional:

A entrada em um novo ciclo de crescimento sustentado exige a elevação da taxa de investimento da economia, sendo indispensável criar as condições adequadas de estímulo e de remoção dos obstáculos aos projetos para alavancar a reação do investimento privado. O

foco deve ser a melhoria do ambiente de negócios e o aumento da competitividade, com o aperfeiçoamento do sistema de governança das políticas que afetam as decisões produtivas. A elevação da produtividade deve se tornar uma obsessão ao País. O nosso grande desafio é avançar no processo de convergência de renda com a economia mundial, do qual nos afastamos. O crescimento no longo prazo apenas virá com a elevação contínua da produtividade para reduzir (e eliminar) o “gap” de produtividade do Brasil em relação aos demais países. A agenda do Brasil para crescer é conhecida e não comporta atalhos: equilíbrio fiscal, reforma da previdência, reforma tributária, disponibilidade de financiamento de longo prazo, redução da burocracia, modelos de regulação eficientes, segurança jurídica e maior eficácia do gasto público. As implicações futuras para produtividade, emprego, renda e melhoria do padrão de vida serão os frutos dessa agenda. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2018, p. 2)

A conclusão do “Informe” resume o debate que procuramos estabelecer neste primeiro momento: os industriais brasileiros da atualidade adotaram como pensamento sobre o Brasil uma visão neoliberal da economia, na qual o Estado é o vilão e o capital estrangeiro é a força motriz de um novo ciclo de crescimento econômico que poderá surgir caso o Governo não sirva como limitante, como entrave para os “investimentos”, que também precisam de “segurança jurídica”, “reformas”, “financiamentos” e outros. Ao Estado caberia o papel de controlar as variáveis econômicas que podem atrasar ou dificultar os negócios, mas não o de impulsioná-los. Interessante notar, por fim que o “Informe” se conecta, de passagem, com propostas que a indústria defendeu no passado, tais como a elevação do padrão de vida, aumento da produtividade, entre outros, que também eram preocupações destas organizações no passado, com maior ênfase.

Assim, o que salta aos olhos nos documentos aqui apresentados é a ausência, a nosso ver, de um projeto pelo qual a indústria possa se mobilizar. Em alguma medida, o setor que comandou a política

econômica brasileira ao longo do século XX se vê, agora, premido pelo avanço de outros setores e ideologicamente sem um rumo. Mas se hoje não conseguimos entender ao certo o que pensa o setor industrial, o mesmo não acontece quando analisamos os documentos anteriores, especialmente os do período da primeira metade do século XX, na fase de consolidação da indústria como força econômica e política no Brasil. Neles, o que se vê são propostas claras de como a indústria se integraria no projeto de desenvolvimento nacional e de como este processo poderia elevar o país a patamares mais altos de riqueza – e ao setor industrial como hegemônico na economia e na política.

Planejamento Econômico, Padrão De Vida, Desenvolvimento: O Projeto Dos Industriais Da Primeira Metade Do Século XX Para O Brasil – E Para Sua Hegemonia

A primeira metade do século XX representou para a história do Brasil um momento de mudanças profundas, cujos efeitos até hoje são sentidos e debatidos. Entre estas mudanças está a consolidação do setor industrial brasileiro como força econômica e política, que se iniciou neste período e se completou nos anos 1950, com a consolidação do projeto nacional-desenvolvimentista.

Para se estabelecer enquanto tal, os industriais brasileiros construíram um arcabouço de ideias sobre a importância de seu papel para o desenvolvimento do Brasil, de modo a convencer tanto aos próprios burgueses quanto às demais classes e especialmente ao Governo que apoiar, planejar, proteger e impulsionar a industrialização era o melhor caminho para o país, a política a ser adotada pelo Estado, o direcionamento a ser dado na política econômica, ainda que em detrimento ou prejuízo dos demais setores de então, especialmente o setor agroexportador.

E são estas ideias que pretendemos apresentar neste trabalho a fim de compararmos, como anunciado anteriormente, estes dois tempos da burguesia industrial brasileira e suas diferenças mais importantes. Para tanto, utilizaremos dos Anais do I Congresso da Indústria, um documento histórico importante e que resume este conjunto de argumentos do setor industrialista de então em sua luta pela hegemonia.

O I Congresso Brasileiro da Indústria aconteceu de 08 a 14 de dezembro de 1944, buscando fixar uma base de propostas da classe industrial brasileira, seus anseios e intenções para a economia brasileira e o papel do Estado em relação a este ramo econômico.

Na busca destes objetivos, que a indústria já vinha perseguindo há mais de uma década, a classe industrial brasileira mobilizou-se. Foram apresentadas 137 teses, versando sobre temas os mais variados acerca do desenvolvimento da indústria brasileira, desde o modo de organização da produção até a planificação da economia, passando pelas relações de classe com o operariado e sua qualificação, a legislação trabalhista e social, entre outros. Participaram do Congresso 324 congressistas, representando 191 entidades, que variam entre sindicatos, órgãos estatais, indústria propriamente ditas e outros, de todo o Brasil.

Ao todo, sete comissões técnicas foram montadas para diagramar as propostas apresentadas e aprovada, sendo a primeira Comissão a de sistematização e as demais debatendo planificação econômica; reajustamento da produção industrial para o período pós-guerra; fatores de encarecimento da produção industrial; normas para harmonização entre as classes; fibras nacionais.

Para compor a Segunda Comissão, responsável pela formulação das propostas de caráter político-econômico, foram escalados Roberto Simonsen e Cyro Berlink, além de Álvaro de Souza Lima, João Luderitz e outros 27 membros. Foi nesta Comissão que

Simonsen, que também presidiu a Comissão Técnica e de Redação e foi o Vice-Presidente do Congresso (presidido por Evaldo Lodi), apresentou as teses “Planificação Econômica do Brasil” e “O conceito de renda nacional e sua influência na relação dos padrões de vida. Cooperação econômica entre as nações. Medidas para auxiliar na elevação dos níveis de vida nos países pobres”, que foram aprovadas e fizeram parte da redação final de propostas.

Da parte do Governo Federal, é de especial atenção anotar que o Congresso foi presidido pelo próprio Getúlio Vargas e contou com a presença de diversas autoridades federais de então, entre elas o Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, o Interventor do Estado de São Paulo Fernando de Souza Costa, entre outros, o que aponta para a existência de uma aliança da burguesia industrial com o Governo Vargas com o objetivo de influenciar a formulação da política econômica que melhor lhes conviessem.

Em especial, permearam as propostas dos congressistas a questão do planejamento econômico do Estado para a indústria, solução pensada e defendida pelas entidades industriais como forma de resolver dois problemas que entendiam ser centrais: 1) o desenvolvimento definitivo da indústria enquanto atividade econômica principal da economia nacional, com o incentivo e a proteção do Estado; 2) a solução para a pobreza, que era entendida como geradora de conflitos econômicos e políticos entre as classes e se constituía em uma ameaça à democracia brasileira.

É neste sentido que o discurso de Roberto Simonsen na abertura do Congresso, em substituição ao presidente Evaldo Lodi (que, segundo consta nos Anais, não chegara em tempo ao evento de abertura), apontou logo de início que a intenção das classes industriais brasileiras era criar uma “consciência coletiva” acerca dos “principais anseios na ordem econômica e social” dos industriais brasileiros, os

quais considerava o mais bem organizado, do ponto de vista político, segmento social do Brasil. (SIMONSEN, 1944, p. 71).

Afirmou, ainda, que na visão industrialista, o Brasil não necessitava de políticas econômicas que resultassem em conflito, mas sim de propostas que pudessem elevar o nível de vida nacional, "... edificando uma civilização [...] onde o homem, [...] tenha uma existência digna e livre, e na qual a Nação possa atingir a um necessário grau de progresso, governada por diretrizes democráticas, subordinadas aos preceitos cristãos". (SIMONSEN, 1944, p. 74).

Já em relação à renda nacional, Simonsen ressalta a importância do tema, tomado como chave para o progresso material brasileiro, uma vez que, no entender dos industriais, seria incompatível a convivência de crescimento econômico com pobreza. Nestes termos, sugere que o Brasil adote o mesmo critério para medir seu crescimento econômico que outros países desenvolvidos já fazem, através do padrão de vida da população, que a seu ver deveria ser cientificamente determinado. O conceito, enquanto soma, englobaria ainda o lucro empresarial e a poupança nacional.

E esta renda não deveria ser imposta por decreto, mas sim ser o resultado material da elevação do trabalho e da produtividade, que só poderiam ser alcançados com a organização e a promoção do Estado. De igual forma, a condição de vida dos trabalhadores também precisaria mudar, devendo-se garantir condições mínimas de eficiência, saúde e alimentação, bem como os melhores equipamentos, de modo a ampliar sua produtividade. Tal patamar seria alcançado, de acordo com Simonsen, por meio da planificação da economia, cuja finalidade seria a de afinar os esforços econômicos industriais tendo por objetivo acelerar o aumento da renda nacional.

Em seu âmbito executivo, é dada, porém, ao poder público, a oportunidade de exercer uma ação decisiva, não só agindo nos campos de trabalhos julgados essenciais ao progresso da nação e que não tenham podido despertar a

iniciativa particular, como também promovendo a criação e o fortalecimento de uma grande série de fatores favoráveis a um maior surto de trabalho nacional. (SIMONSEN, 1944, p. 75)

Em seu entendimento, a planificação não seria antidemocrática, pois se trataria de uma grande união nacional, englobando todas as atividades econômicas, os sindicatos, as associações e seus representantes, que auxiliariam na elaboração e execução do Plano. (SIMONSEN, 1944, p. 77).

Em seguida a Simonsen, usou a palavra o Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, que falou em nome do Governo Federal. O objetivo deste trabalho dispensa uma análise mais amíúde das falas e caminhos apontados pelo Ministro, mas, exclusivamente a fim de ressaltar o quanto era forte a intersecção entre as ideias dos industriais de então e o Estado, força esta que dirigiu as políticas econômicas para o caminho que interessava aos industriais brasileiros de então, algumas passagens merecem ser trabalhadas.

Logo de início, ressaltou as medidas que o governo havia adotado para preparar o Brasil para o novo período que se iniciava, sempre considerando o equilíbrio entre as classes e a articulação entre elas, de modo que o Brasil adotasse uma postura e uma política consonante com o momento que o mundo estava vivendo. Entre as medidas relatadas pelo Ministro, estava a criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, com o objetivo de planejar as medidas econômicas necessárias para adaptar o Brasil no após-guerra, dentre elas a defesa e o fomento das forças industriais, a produção de matérias-primas, as indústrias de base e outras, como forma de proteger os interesses e a economia nacionais. (MARCONDES, 1945, p. 82)

Pelo que informou o ministro em seu discurso, fica claro que os interesses “nacionais” eram, na verdade, os interesses industriais:

protecionismo, produção de matérias-primas, indústria de base, equilíbrio entre as classes, enfim, uma espécie de síntese das principais propostas do Congresso, revelando ainda o grau de intersecção entre Governo e industriais já em 1944. E em curto espaço de tempo, o projeto industrialista tornou-se a força econômica e política hegemônica no Brasil dos anos 1940 e nas décadas seguintes, ocupando postos políticos e técnicos no Executivo e moldando as políticas estatais voltadas para a economia e suas agendas. É emblemática, neste sentido, a parte do discurso do Ministro Marcondes Filho em que o mesmo ressalta que as propostas de planificação da economia e elevação da renda nacional são os fundamentos da “democracia econômica e social” brasileiras:

Por sua vez, a Secretaria do Conselho estudou o plano como técnica neutra, aplicável no Brasil, para formar o arcabouço da democracia econômica e social, que é fundamento da legítima democracia política. [...] O plano é um estádio do conhecimento, nesta era de complexidade e da interdependência industrial, permitindo antever os efeitos e aplicar os seus elementos fundamentais estrategicamente, isto é, política e plasticamente, já que a sociedade nunca pode ser “estabelecida” segundo um modelo predeterminado e invariável. (MARCONDES, 1945, p. 85)

É interessante notar, ainda, que não obstante o planejamento econômico e o combate ao pauperismo fossem propostas das classes industriais, portanto dotadas de viés ideológico, sua aceitação e implementação pelo Estado não poderia se dar nestes termos, sendo mais aceitável que sua adoção se desse como certeza científica, como verdade estudada e apurada. Não seria nem “dirigismo” nem uma “guerra predatória”, mas um ponto de equilíbrio capaz de reorganizar a economia nacional para as novas necessidades daqueles tempos – a indústria.

A planificação foi concebida, no anteprojeto, como um controle dos efeitos de cada atividade sobre as outras

esferas, pelo conhecimento de sua interdependência, condição que permite influir nos pontos estratégicos da vida econômica e social, através de técnicas cuja aplicação independe de ideologias, podendo ser, como mostrou a Comissão, fundando-se nas melhores autoridades, um legítimo instrumento de organização para a democracia e a liberdade. No nosso caso, essas técnicas visam aumentar num ritmo acelerado a produtividade do trabalho e, assim, a renda nacional, para elevação do nível de vida do brasileiro, através de um sistema de distribuição das oportunidades que assegure a Justiça Social e lastreie a democracia brasileira. (MARCONDES, 1945, p. 86-87)

Do ponto de vista das propostas, o espaço não permitiria a transcrição e análise de todas elas, mas, até para podermos estabelecer o comparativo com as análises sobre a conjuntura econômica e política dos industriais do passado e do presente, vale a pena olharmos, ainda que de passagem, para as propostas aprovadas pela Segunda Comissão, a responsável pelo debate do tema “Planificação Econômica do Brasil no setor das atividades industriais”, presidida por Roberto Simonsen e pelos demais membros já mencionados anteriormente.

Em síntese, a comissão fez o seguinte diagnóstico da situação econômica brasileira de então e da necessidade de se planificar a economia com fins de obter resultados estratégicos mais precisos:

I – Planificação industrial: o que deve abranger

CONSIDERANDO:

- a) que é baixo o nível de vida do brasileiro e pouco elevada a renda nacional;
- b) que o nosso aparelhamento econômico e, sobretudo, o nosso equipamento industrial é, em grande parte, insuficiente e antiquado;
- c) que a planificação representa uma técnica econômica de melhoria da produção;
- d) que, no povo brasileiro, já está solidificado o conceito de democracia e liberdade;

e) que é possível planificar a econômica de um país dentro de um regime democrático, garantindo a primazia da iniciativa particular;

f) que, no caso brasileiro, a planificação traduzirá, ainda, a recuperação do tempo perdido;

g) que é um dos objetivos da planificação assegurar a maior e mais eficiente utilização da mão-de-obra e dos recursos naturais;

h) que a planificação econômica nacional deve abranger o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, bem como o dos sociais e econômicos, de ordem social;

g) que a observação do processo econômico internacional, no período anterior à guerra, demonstrou, dentro do ritmo normal da evolução, social e econômica, não ser possível, à maioria das nações empobrecidas por falta de recursos naturais, baixa produtividade das populações, ambiente geográfico e outras causas, alcançar, rapidamente, um nível de renda nacional que lhes permitia assegurar um padrão de vida conveniente.

[...]

RECOMENDA:

8) Que se proceda à uma planificação econômica, que tenha por fim, dentro de determinado período, aumentar a produtividade e criar as riquezas necessárias para alcançarmos uma suficiente renda nacional (CONGRESSO DA INDÚSTRIA, 1945, p. 182-183).

Por si só, a análise dos industriais brasileiros da primeira metade do século XX apresenta um diagnóstico bem mais completo e profundo do que seus congêneres atuais, especialmente no que tange ao papel da indústria no desenvolvimento nacional e como a importância do setor deve se refletir nas políticas públicas. Se hoje os documentos dos industriais brasileiros propõem uma redução na participação do Estado em seus negócios, entendendo-o como um “entrave aos investimentos”, as lideranças antigas do setor pretendiam que o Estado planejasse sua ação buscando promover o setor industrial. Neste sentido, a análise esposada sobre o papel em

si do Estado é direta em defender que este não deveria interferir nas relações de mercado, mas regulá-lo de modo a criar condições para assegurar as atividades mais importantes para a nação – no caso, a indústria (CONGRESSO DA INDÚSTRIA, 1945, p. 184).

As demais propostas seguem explanando o quanto e em que medida o projeto industrialista foi construído e tinha um entendimento profundo sobre o Brasil e, principalmente, sobre seu papel naquele momento histórico de transformação social. Em uma palavra, os industriais tinham um projeto, que pouco tempo depois se consolidou como o nacional-desenvolvimentismo. E esta é, ao que parece, a diferença mais marcante entre os industriais de ontem e de hoje: a ausência de um projeto que pense o país e a indústria neste contexto de globalização, financeirização do capital e outras importantes transformações.

Contrastando os Contextos: Ascensão e “Declínio” do Desenvolvimentismo e Seus Reflexos nas Posturas dos Industriais de Ontem e de Hoje

É agora mais perceptível o contraste entre as posições políticas e ideológicas dos industriais de ontem e de hoje, o que, a nosso ver, aponta em partes para a conclusão de que a falta de ideias políticas e econômicas próprias do setor atualmente tem contribuído para seu declínio enquanto força social. Resta, no entanto, buscarmos entender as razões pelas quais esta parcela da burguesia atual abandonou o discurso desenvolvimentista e passou a adotar o neoliberal.

A literatura acerca do pensamento desenvolvimentista, seu apogeu, declínio e situação atual é ampla e pretendemos percorre-la toda, mas importa, até para dar maior peso e sentido na comparação de posturas que fizemos até aqui, entendermos ao menos o contexto histórico dos dois momentos que escolhemos para debater, a fim de

melhor compreender o papel política da indústria em cada um destes momentos chave para o setor.

No caso dos industriais brasileiros dos anos 1940, pesou a seu favor o fato de que a ideia geral de que o mundo precisava se desenvolver e que a indústria era a chave para tal objetivo. Mas, ainda assim, só foi possível a conexão com esta onda de desenvolvimentismo industrial porque a parcela da burguesia industrialista da época lutou pelo poder, dirimindo ou eliminando as divergências internas e externas – especialmente com o setor agrário exportador – que pesavam sob sua ascensão. Foi a atuação política e ideológica dos industriais brasileiros, que desenvolveram um conjunto sólido de ideias para disputar o Estado e a sociedade para seu projeto (da qual os Anais do I Congresso são uma excelente síntese) que lhes permitiu a vitória e o protagonismo alcançados e que perdurou por muitas décadas (FREITAS, 2017).

Neste sentido, Bielschowsky (2000) aponta que o desenvolvimentismo originou-se como corrente de pensamento entre os anos 1930-1945 no esteio da crise internacional – e de seus reflexos na economia brasileira, apoiando-se ainda nas transformações políticas do período anotado, montando-se simultaneamente dois pilares básicos de atuação: no setor privado e no setor público. Segundo o autor,

No setor privado, as entidades representativas do setor industrial (CNI, FIESP etc.) ampliaram seu horizonte de reivindicações. Roberto Simonsen concebeu e divulgou, através destes órgãos, uma estratégia de industrialização planejada. O processo de conscientização só alcançaria resultado definitivo na segunda metade dos anos 50, mas a legitimidade mínimo do projeto era garantida pela liderança incontestável de Simonsen entre o empresariado industrial. O segundo pilar foi montado no setor público, no qual, a partir de 1930 e sobretudo durante o Estado Novo, foi criada uma série de agências voltadas para a administração de problemas de alcance

nacional. Automaticamente, seus técnicos civis e militares foram levados a pensar as questões do desenvolvimento econômico nacional de um forma integrada e abrangente, gerando a ideologia desenvolvimentista. A corrente desenvolvimentista do setor privado formou-se sobre o primeiro desses pilares. As correntes desenvolvimentistas do setor público formaram-se sobre o segundo deles, mas receberam grande influência e apoio do próprio Simonsen. Na segunda metade do anos 40, por exemplo, quando o liberalismo do governo Dutra imobilizou consideravelmente as agências criadas por Vargas, Simonsen criou um departamento econômico na CNI e confiou sua chefia a Rômulo de Almeida, que seria, juntamente com Furtado, o líder dos desenvolvimentistas nacionalistas nos anos 50. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 78).

Nos dias atuais, no entanto, o que se vê é o oposto. Os documentos aqui descritos são suficientes para que se perceba que, se no passado os industriais disputavam politicamente um projeto, os de hoje não conseguem repetir o mesmo vigor na luta por seu lugar na sociedade, optando por adotar o ideário neoliberal e, com isso, reduzindo sua atuação e importância política.

Entendemos que duas podem ser as razões que levaram o setor industrial à sua situação atual: uma de ordem econômica mais geral, pela crise do desenvolvimentismo e da própria ideia de Estado como motor da economia, que se fortaleceu no Brasil a partir dos anos 1990; e outra política, com a perda da crença na capacidade dos políticos “de então” de retomarem o desenvolvimento resultado da crise política dos anos 1980 e do surgimento de novas lideranças e partidos já comprometidos com as “novas” ideias neoliberais no mesmo período. Vejamos, de modo resumido, cada uma delas.

Não obstante não haja consenso acerca da extensão do pensamento desenvolvimentista no tempo, diferentes autores apontam os anos 1980 como o de seu declínio, tanto pelo surgimento das teorias neoliberais, que se apresentavam como “novas” em relação ao “velho” desenvolvimentismo, tanto pela crise econômica pela qual

o Brasil passava, acumulando a um só tempo baixo crescimento e muita inflação.

A situação crítica da economia nacional no período teria abalado a crença na eficácia do modelo nacional-desenvolvimentista. A falta de capacidade de investimentos estatais, cujos recursos, que diminuiriam drasticamente nos anos 80 por conta da estagnação econômica, desacreditou o discurso e solapou as bases materiais de promoção do desenvolvimento pelo Estado, abrindo caminho para a consolidação da ideologia neoliberal. Os efeitos da “década perdida” afetaram diretamente o setor industrial brasileiro, abalando sua posição de maior força econômica nacional – isso em um momento histórico em que o capitalismo deslocava suas bases econômicas da indústria para o capital financeiro. Neste sentido, Cano (2007) aponta que

Contudo, a crise da economia internacional que se inicia por volta de 1973 tomaria rumos inesperados a partir de fins de 1979, decorrentes da mudança da política fiscal dos EUA, notadamente a brutal elevação de sua taxa de juros. Subsequentemente, restaurariam sua hegemonia e instaurariam, com outras atitudes, o maior poder imperial no sistema capitalista de produção. O efeito imediato para os países subdesenvolvidos e fortemente endividados, como o Brasil, foi o corte substancial do financiamento externo, desdobrando-se em outros feitos perniciosos: alta inflação, queda do investimento, baixo crescimento, crise crônica de balanço de pagamentos, corte do crédito interno, elevação acentuada das dívidas públicas externa e interna, e aprofundando as crises fiscais e financeiras do estado nacional, debilitando ainda mais o gasto e os investimentos públicos. Durante a década de 1980 – a chamada década perdida – essa conjunção fez que com que diminuísse a ação do estado no plano nacional e regional e também se debilitasse o investimento privado, notadamente o industrial, atingindo principalmente o núcleo da dinâmica industrial – o parque produtivo de São Paulo – que estagnou, diminuindo os efeitos impulsionadores da desconcentração industrial. (CANO, 2007, p. 18)

Ainda, Cano (2007) também aponta que a participação da indústria paulista no PIB nacional, para focarmos apenas no Estado onde ela estava mais concentrada, sofreu uma diminuição da seguinte ordem: de 56,4% em 1970, caiu para 47,3% em 1980, depois para 44,7% em 1989, chegando a 33,1% em 2002. No mesmo período, o setor terciário paulista, que em 1970 representava 35% do PIB nacional, em 2002 passa a representar 33,3% do total produzido.

Portanto, do ponto de vista da economia, os industriais brasileiros adentraram os anos 1990 sob o influxo de fatores que pesaram diretamente em sua posição econômica, que foi diminuída: a crise do desenvolvimentismo e a ascensão do neoliberalismo como corrente ideológica econômica.

Do ponto de vista da política, o Brasil, ao mesmo tempo em que vivia a crise do Estado e da economia, também acabava de recuperar a condição democrática, encerrando a ditadura. As crises política e econômica, então, sobrepuseram-se de tal modo que o desenvolvimentismo foi posto em dúvida tanto enquanto política econômica quanto como ideologia política (DEL VECCHIO, 2006, p. 67).

O novo regime que emergiu da Constituição de 1988 acabou por não encontrar maior eco nas forças política nacionais de então, pois a soma dos acontecimentos aqui exposta ajudou a dar ao neoliberalismo uma face “moderna”, “jovem”, um contraponto ao antigo e pesado modelo desenvolvimentista, formado por velhos políticos “corruptos” e “gastadores” e por elites econômicas “atrasadas”, “ineficientes”, ligadas ao antigo modelo de desenvolvimento industrial e, portanto, parte da crise que as novas ideias deveriam superar.

Pesquisa empírica realizada por Boschi, Diniz e Santos (2000, p. 44-45) ajuda a mensurar a grandeza de tal transformação. Utilizando-se do ranking de lideranças empresariais publicado pelo jornal *Gazeta Mercantil*, os resultados, em linhas gerais, foram os seguintes: enquanto em 1979, dos onze nomes mais votados no ranking da *Gazeta* oito

eram de industriais, em 1989, dos vinte e dois mais votados, somente onze eram industriais (ou seja, em 1970, os industriais ocupavam 70% do ranking de lideranças empresariais mais influentes, enquanto que em 1989, 50%). Já em 1995, última eleição feita pelo jornal, dos 32 mais votados apenas 12 eram industriais.

Tais hipóteses permitem uma melhor compreensão das razões pelas quais os industriais brasileiros perderam seu protagonismo. Por um lado, porque viram sua ideologia em crise, “velha”, aparentando não ter mais condições de transformar a realidade, agora a ser construída com base na “nova” ideologia neoliberal, sintonizada com o mundo (tal como o desenvolvimento o era nos anos 1940). Por outro, porque não viam mais viabilidade política no projeto desenvolvimentista, representada por “velhas” lideranças “atrasadas” e “lentas”, o retrato da crise que se buscava superar. Soma-se a isso, como já vimos, as transformações sofridas pelo próprio capitalismo, que ingressava em sua etapa financeira global e sua influência no Brasil.

É preciso destacar, por fim, que a adoção do neoliberalismo não foi consenso entre este setor da burguesia e que houve e ainda há espaço para manifestações outras que buscam retomar o protagonismo do setor, entre as quais destacam-se as reflexões do IEDI nos anos 1990 e atualmente, com seus estudos sobre a “indústria 4.0” (INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2017, 2018), mais próximas do que se pode chamar de um “pensamento” setorial, bem como a participação dos industriais no “Conselhão” durante o governo Lula, entre outras. Apesar de tais iniciativas, prevalece a adoção do neoliberalismo como ideologia, ainda que, passados quase 30 anos do momento de crise do desenvolvimentismo, esteja cada vez mais claro que não é possível construir uma economia sólida sem a participação do Estado e da indústria.

Conclusão: Setor sem Projeto, Líderes sem Ideias

Da comparação que conduzimos até o presente momento é possível concluir o seguinte: 1) houve e ainda há um pensamento da classe industrial brasileira acerca de seu papel na sociedade e de seus planos para o Brasil; 2) estas ideias mudaram ao longo dos tempos, acompanhando as transformações do capitalismo no geral e no Brasil em especial e os contextos históricos em que cada um destes momentos se passou; 3) quando comparamos o momento de ascensão política e econômica dos industriais brasileiros (1940) com o momento de agora, percebe-se em certa medida uma perda de protagonismo econômico e político; 4) este protagonismo foi perdido, em grande parte, porque os industriais não tem mais um projeto para o Brasil, ao menos não um em que eles tenham um papel mais efetivo para além de sua participação política e econômica atual, que ainda é importante, mas já não é definitiva quando pensamos na direção que as políticas estatais dão à economia nas últimas três décadas.

E é esta condição que difere os industriais de ontem e os de hoje: se antes suas lideranças ocuparam os postos de destaque na economia e na política e o fizeram com base em um projeto ideológico que conduziu as ações estatais por mais de meio século, agora a contribuição do setor é inflar bonecos de borracha e produzir relatórios que dão maior importância às medidas que interessam ao capital financeiro do que a si próprios.

Como não é possível Brasil voltar a se desenvolver economicamente sem fortalecer a indústria enquanto setor econômico, não termos mais lideranças industriais capazes de enxergar em perspectiva nacional custa não só ao setor, mas a todos os que pretendem ver o Brasil maior do que é hoje. É um prejuízo que dividimos todos, na melhor tradição distributiva brasileira.

Referências

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- CANO, Wilson et al. *Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas: Alínea, 2007.
- CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil 1880-1945*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Informe Conjuntural*, Brasília, ano 34, n. 1, jan./mar. 2018.
- CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA, 1., 1945, São Paulo. *Anais...* São Paulo: CNI/FIESP, 1945.
- DEL VECCHIO, Angelo. Mais uma vez, navegar é preciso. In: CASARO, Rita (Org.). *São Paulo: realidade e perspectivas. Efeitos do neoliberalismo tucano no estado*. São Paulo: A. Garibaldi, 2006. p. 91-104.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Diga não aos juros mais altos do mundo: chega de engolir sapo*. São Paulo. 2018. Disponível em: <<http://chegadeengolirsapo.com.br/>>. Acesso em: 2 maio 2018.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Não vamos pagar o pato*. São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://www.naovoupagaropato.com.br/manifesto/>>. Acesso em: 2 maio 2018.
- FREITAS JUNIOR, Moacir. I congresso da indústria de 1944: um marco na consolidação da hegemonia da burguesia industrial brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. *Anais...* Caxambú, 2017. Disponível em: <www.anpocs.org.br>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- FREITAS JUNIOR, Moacir. Um plano marshall para a América Latina: a contribuição de Roberto
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IEDI. *Carta IEDI 841*. São Paulo. 2018. Disponível em: <www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_841.html>. Acesso em: 2 maio 2018.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IEDI. *O futuro da indústria*. São Paulo, 2017. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 2 maio 2018.

MARCONDES, Alexandre. “Discurso de abertura do I Congresso Brasileiro da Indústria”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA, 1., 1945, São Paulo. *Atas...* São Paulo: CNI/FIESP, 1945.

MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SIMONSEN, Roberto C. *Elos da indústria*. Quatro discursos pronunciados em junho de 1944. São Paulo: FIESP, 1944.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. The uses of comparative history in macrosocial inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 22, n. 2, p. 174-197, Apr. 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/178404?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 15 ago. 2018.